

# «POUR LE PLUS BÊTE»

RAUL PILLA

A propósito da placa aposta, na Câmara dos Deputados da França, na cadeira onde costumava sentar Clemenceau, episódio há dias rememorado pelo deputado Afonso Arinos, escreveu o «Jornal do Brasil», por uma das suas consumadas penas, um comentário de crítica ao sistema parlamentar, no qual, como quase sempre acontece, se revela, senão o desconhecimento, pelo menos a incompreensão do regime.

Depois de lembrar o papel representado por Clemenceau na primeira conflagração mundial e referir as excepcionais homenagens prestadas pela Câmara ao cidadão que, como o marechal Foch, «bem merecera da Pátria», diz o articulista que, tempos depois, o regime parlamentar repudiava Clemenceau, por ser a preferência pelas mediocridades para a presidência do país a característica de tal regime na França.

Realmente, a Clemenceau preferiu o parlamento francês Paulo Deschanel, que mui longe estava de ser um homem medíocre — reconhece o articulista — mas cujos «altos méritos literários não bastavam para superar os serviços do velho lutador». Assim procedendo, porém, o parlamento, ou, como prefere dizer o jornalista, o regime parlamentar, andou com grande acerto.

Em primeiro lugar, não se destinam as funções públicas e, ainda menos, a presidência da República, a premiar serviços. O reconhecimento dos extraordinários feitos de Clemenceau já fôra feito de modo excepcional e soleníssimo.

Em segundo lugar, o povo francês, duramente provado até 1875, por cézares de várias categoria e estatura, tem com admirável prudência recusado entregar o posto supremo a personagens muito fortes. Isto mesmo queria significar Clemenceau (que preferira Sadi Carnot a Jules Ferry e Pams a Poincaré) ao dizer rudemente: «Je vote pour le plus bête». Votava no menos ativo, no menos astucioso, no mais fiel aos mandamentos constitucionais, no menos capaz de aproveitar-se do cargo.

Em terceiro lugar, é a de magistrado, exclusivamente, a função do presidente da República no sistema parlamentar. Além do mínimo de inteligência e cultura correspondente aos altos cargos, o que para este sobretudo se exige é isenção, probidade, desambição. Clemenceau, que fôra notável ministro e grande presidente do Conselho, seria evidentemente um mau e perigoso presidente da República. Por isto, somente, o repudiou o regime parlamentar, como diz o articulista. É tão notório o fato, que eu o utilizo habitualmente, em conferências e debates, para melhor acentuar o caráter da Presidência no sistema parlamentar: Clemenceau servia e servira para chefe do Governo, nunca serviria, porém, para chefe do Estado.

Um exemplo, talvez familiar ao articulista, o ilustrará. Suponha que tendo de escolher ministro do Supremo Tribunal, se visse êle entre inteligência e cultura brilhantes, mas caráter duvidoso, de um lado, e inteligência e cultura comuns, mas probidade inatacável do outro lado: por qual optaria? Pois o parlamento francês tem feito, o que provavelmente faria o articulista neste caso: tem optado assizadamente pelo mais seguro, embora menos brilhante candidato.